

O erro é desgraça de ignorantes; a mentira é disfarce de envaidecidos; a hipocrisia é suplício de lacaios. Sómente o homem culto, digno e firme tem confiança na verdade.

J. INGENIEROS

(Avenga)

A Verdade

ANO XII N.º 301

JUNHO — 21
1964

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA UNIAO
Tel. 154 — R. Monsenhor Boto, 1 — FARO

DIRECTOR

Jaime Guerreiro Rua

EDITOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redação e Administração
GRAFICA LOULETANA
Tel. 216 — R. da Carreira — LOULE

INCONGRUÊNCIAS de um Plano de Urbanização

Uma leitura mais ou menos assídua de numerosos jornais de província colocam-nos a par de complexos problemas com que se debatem muitas terras de Portugal. E verificamos que muitos desses problemas são tão semelhantes aos nossos que bem podemos fazer causa comum com os colegas que persistente e laboriosamente trabalham pelo engrandecimento das suas terras.

E cremos poder dizer que os problemas criados pelos famigerados Planos de Urbanização são dos que mais se generalizaram e mais preocupam quantos realmente se interessam pelo progresso das suas terras.

E para provar esta afirmação, a seguir transcrevemos um esfundo, na dia publicado no nosso prezado colega «Comarca de Araganil», e que se adapta tão bem ao caso de Loulé e ao nosso pensamento que bem poderia ser feito por nós... pensando na nossa terra.

Porém, a transcrição tem o mérito de dar ao problema uma generalidade que exclui censura ao Arquitecto que elaborou o Plano de Loulé, pois deduz-se assim que teve de basear-se em normas superiormente fixadas a que talvez não podesse furtar-se.

Vivemos uma época de técnica e de técnicos e quando estes são

chamados a resolver problemas para que são considerados aptos, já ninguém se atreve a discordar... desde que seja leigo no assunto, porque pode parecer mal não estar de acordo.

E assim, todos (ou quase todos) se conformam em que é assim... porque tem de ser assim.

«Um plano de urbanização para qualquer terra, é sempre vantajoso, para se evitarem desarranjos que redundem em prejuízo do aglomerado populacional.

Porém, esse plano tem de ser criteriosamente elaborado — queremos dizer, tem de ser condicionado à importância e às possibilidades do meio, pois, contrariamente, a sua execução inflexível torna-se impraticável, só ser-

(Continua na 4.ª página)

O LOULETANO no Porto - Lisboa

Ma's uma vez o Louletano Desportos Clube esteve presente na clássica prova Porto-Lisboa.

Não se pode dizer que o comportamento da nossa equipa foi brilhante se apenas olharmos à classificação final.

O Louletano fez deslocar ao Porto os ciclistas Vítor Tenazinha, Valério Clara, José Dias, Américo Lourenço, João Carlos, Aníbal Correia, José Miguel e Casimiro Cabrita.

A partida foi dada do Porto às 8 horas. S. João da Madeira foi atravessada com os corredores do Louletano à frente. Em Albergaria-a-Nova registou-se uma fuga de 5 ciclistas que animou a prova. Valério Clara, do Louletano, era um dos 5 fugitivos mas devido a forte indisposição, descolou a 20 Km. de Lisboa. Entretanto, José Miguel entrou noutra fuga que não viria a resultar. Este ciclista após 2 quedas desistiu. Decorridos 180 Km

(Continua na 2.ª página)

UM GRUPO DE ESCUTEIROS EM LOULE?

Aproveitando as excelentes condições do nosso Parque Municipal, estiveram ali acampados nos dias 13 e 14 do corrente, os escuteiros dos núcleos de Portimão, Lagoa e Lagos do Corpo Nacional de Escutas, que assim realizaram mais um dos seus saudáveis acampamentos de fim de semana.

Loulé foi propostamente escolhida para este passeio porque se pretendeu lançar na nossa vila a semente de um movimento que provoque a criação de um núcleo de escuteiros.

E acreditamos em que esse objectivo será alcançado, porque os dirigentes que aqui se deslocaram ficaram animados das melhores esperanças e ainda porque esta visita provocou muito interesse entre os jovens que po-

dem candidatar-se a escuteiros. E esse interesse foi particularmente acentuado durante o «Fogo do Conselho» realizado na noite de sábado e que atraiu ao Parque Municipal muitos rapazes ansiosos por verem um acampamento de escuteiros e ouvir os seus cantares em redor da fogueira. Na verdade os escutas fizeram um autêntico espectáculo de variedades.

Apesar de a noite estar ventosa, a assistência de jovens foi bastante numerosa e todos ficaram entusiasmados com o que viram e ouviram e com ideia da criação de um grupo de escuteiros em Loulé.

Na manhã seguinte os escuteiros assistiram à missa na Igreja Matriz e de tarde realizou-se no Ateneu Comercial e Industrial de Loulé uma sessão de propaganda escutista presidida pelo dedicado Provedor da Santa Casa da Misericórdia sr. Manuel Guerreiro Pereira.

Abriu a sessão o Chefe do De-

(Continua na 2.ª página)

UM LOULETANO entre os heróis galardoados no «DIA DA RAÇA»

Entre os militares que se distinguiram durante o ano de 1963 por actos de bravura praticados em terras do Ultramar e que por isso foram merecidamente homenageados em cerimónias públicas realizadas no «Dia de Portugal» figura o louletano Florentino José Santos, que teve a honra de ser condecorado pelo sr. Presidente da República com a medalha de cobre de valor militar com palma, «porque, ao ser gravemente ferido pelo rebentamento de uma mina sob a via-tura em que era transportado, na estrada Toto-Bembe, ter demonstrado um sangue-frio extraordinário e um moral elevadíssimo encorajando os seus camaradas menos animosos e contribuindo com o seu extraordinário espírito de abnegação e sacrifício para a rápida normalização da situação. Deitado na estrada, com ambas as pernas fracturadas, no meio dos gritos e lamentos das vítimas do engenho inimigo, feriu, entre outras, as seguintes frases: «Coragem, é preciso ter coragem, isto ainda podia ser pior e as pernas já estão, mas ficam as mãos». Posteriormente, após ter-lhe sido amputado um pé, continuou a manter um moral e uma força de ânimo tais, que verdadeiramente impresso-

naram tanto os seus superiores como os próprios camaradas. Por estes actos de rara abnegação, valentia e coragem, o soldado Florentino José Santos, patenteou as mais altas virtudes militares dum verdadeiro soldado português, ganhando jus ao público reconhecimento pelos seus sacrifícios em terras de Angola.

Por ter ficado gravemente mutilado de um pé, este nosso conterrâneo esteve internado no Hospital Militar de Hamburgo, onde lhe foi feito o enxerto de um pé artificial. A sua estada na Alemanha deu-lhe ensejo de conhecer a hospitalidade alemã para com os militares portugueses, o que impressionou muito agradavelmente o nosso conterrâneo, que já se encontra em Loulé, completamente adaptado a uma vida normal.

Tomando em consideração o comportamento deste brioso militar, a Câmara de Loulé assegurou-lhe uma colocação.

Florentino José Santos é filho da sr. D. Maria da Conceição e do sr. Ventura José da Piedade (falecido).

Visado pelo Com. de l'ensura

Na última sessão camarária foram aprovados dois projectos para a construção de edifícios na zona a nascente da «Toca do Coelho», o que faz crer estar aberto novo surto de construções naquela zona da praia de Quarteira, que verdadeiramente impresso-

(Continua na 2.ª página)

O ALGARVE ESPERA O FUTURO

Cooperativas Agrícolas ajudariam (talvez) a resolver os problemas da província

por decreto-lei, na exploração do sal, determinou em 1953 os preços na produção, criando uma profunda desigualdade entre as

guma, os produtores algarvios puderam aceitar como equitativa. Contra ela foram apresentadas numerosas reclamações junto das entidades competentes, mesmo depois de um pequeno reajustamento que não alterou de forma sensível uma situação considerada injusta.

Alegam os produtores algarvios que, embora existam diferenças nos custos de produção entre os salgados de Aveiro e do Algarve, já elas não se verificam quando se trata das marinhas do Tejo e Sado. Apesar disso, enquanto no Tejo e Sado os preços de venda do produtor são, respectivamente, de 230\$00 e 190\$00 por tonelada, no Algarve o limite fixado é de 155\$00, o que se reputa como verdadeiro procedimento discriminatório contra a região.

Uma revisão nos preços do sal afectou ainda mais o Algarve

Uma alteração introduzida nos preços em 1961 agravou ainda

(Continuação na 2.ª página)

AGUARDANDO...

Durante cerca de um ano fomos, com certa insistência, vários aspectos de problemas relacionados com a publicação do Dec. 44.780, que regulamenta o exercício da indústria tipográfica.

A assiduidade das nossas observações teve repercussão em todo o País e dezenas de industriais deste ramo de actividade nos escreveram apoiando os nossos comentários e manifestando portanto uma solidariedade que nos garantiu até que ponto seriam afectados os interesses de tantos portugueses.

Também a imprensa regional agitou o problema, manifestando os seus receios de que fosse cumprido um Decreto que faria perigar a sua existência e este facto teve repercussões até em alguns órgãos da grande imprensa, que igualmente soube discernir as nefastas consequências que poderiam advir do cumprimento de uma medida que prejudicaria gravemente os interesses da Nação.

Também a imprensa regional agitou o problema, manifestando os seus receios de que fosse cumprido um Decreto que faria perigar a sua existência e este facto teve repercussões até em alguns órgãos da grande imprensa, que igualmente soube discernir as nefastas consequências que poderiam advir do cumprimento de uma medida que prejudicaria gravemente os interesses da Nação.

Da publicação dos nossos artigos resultou, portanto, um movimento de solidariedade que nos deu a certeza da razão que nos assiste.

...No entanto sentimos dolorosamente reacções contrárias e isso nos penalizou extraordinariamente por repararmos nos propósitos pouco claros e desencorajadores com que nos atingiram, talvez com o objectivo de abafar uma voz que se levantava em

defesa de legítimos interesses de uma classe que precisa e merece ser ajudada para que dê o seu contributo ao progresso da Nação.

Mas nós não estranhámos nem desaninhámos perante os descontentes com a nossa altitude, pois sabemos perfeitamente que há sempre opiniões discordantes até mesmo quando se proclama um ideal de beleza e perfeição elevado dos mais sãos e humanitários princípios.

Quando se levanta um problema — e há tanta gente que tem horror aos problemas — há sempre quem ache mal e até se chega ao cumulo de dizer que «falta tem razão, mas não devia ter levantado aquele problema». E isto até mesmo quando se trata de defender a decência ou a moral públicas. Infelizmente até nesse aspecto fica mal colocado quem se atreve a exprimir uma opinião que não seja de concordância.

Chegamos, portanto, a pensar que já parece mal discordar seja do que for e dizer que está mal, mesmo aquilo que todos a gente está mesmo a ver que está a assiste.

Mas mesmo assim nós às vezes — só às vezes — preferimos apontar o que julgamos estar mal, animados da esperança de

(Continuação na 3.ª página)

O Algarve NA FEIRA DO RIBATEJO

Apesar de marcada pelo infôrno de um grande incêndio, a feira de Santarém continua a ser uma poderosa afirmação do portuguesismo operoso e realizadora.

O Algarve tem condigna apresentação através do pavilhão onde se encontram expostos alguns dos seus produtos mais cuidados, vinhos e aguardentes, a revelar bom gosto e cuidado, como se infere no número de pessoas que nele se detém a observar cuidadosamente tudo quanto lá está e poderia ser mal.

Os objectos de cobre, em barra, bem situada, do nosso conterrâneo sr. José de Brito Barra, despertam muita atenção e oxalá tenham boas vendas.

No pavilhão - restaurante das senhoras de caridade, a nossa conterrânea D. Maria Judite Pinto Nogueira personifica o altruísmo e espírito de bem fazer da gente algarvia, enquanto num pavilhão próximo, sua prima D. Maria revelou rara sensibilidade artística na decoração de um pavilhão.

A fim de dar ao resto do País a notícia de que se passava na inauguração e pela E. N. estava presente o nosso conterrâneo, Helder Sobral Mendonça, embassador permanente de Loulé, onde quer que esteja, sempre com jeito para uma nota de deferência para as pessoas e coisas de Loulé.

O imposto deverá ser pago por uma só vez durante o mês de Julho, ou em duas prestações iguais, vencíveis nos meses de JULHO e OUTUBRO, quando exceder 500\$00.

Não sendo pago qualquer das prestações, ou a totalidade da

(Continua na 4.ª página)

Cautela Comerciantes!

«Dificilmente terão havido épocas com tanta falta de vergonha como a que estamos a viver.

Nunca devem ter havido tantos caloteiros, aldrabões e vigaristas, tão bem protegidos pela lei.

Um desvergonhado entra numa loja adquire isto ou aquilo, contrata pagar dia tantos e pronto, começa o calvário. Não têm descanso os cobradores e o fim é quase sempre o mesmo. Mas se a compra é de vulto e o indivíduo é daqueles que tanto se lhe dá, assina uma letra, que lhe custa menos que beber um copo de água, e quando o vencimento chega diz que não paga, ou porque não quer.

É sabido que a letra de um caloteiro sem bens tem tanto valor como um papel velho. Mas o que mais nos aflige é que estes tipos podem andar à solta, fazendo das suas artes um quebra-cabeças para toda a gente. A lei não prevê NADA para eles. A letra, sem garantia, não mete medo aos sem vergonha. E não precisamente estes que com os seus actos arrastam tantas vezes para a ruína aqueles que se confiam neles. E são estes que, depois, já perdidos, não têm outro remédio do que fazer como os seus mestres: assinar letras, uma coisa que não custa nada.

Ali, mas se um dia as letras dão cedela... ou têm que fazer muitas penitenciárias ou a vergonha voltará.»

Pagamento de Impostos

Nas tesourarias da Fazenda Pública encontra-se a pagamento, durante o mês de Julho, os seguintes impostos:

Imposto sobre a Indústria Agrícola de 1963.

Imposto Profissional de 1963.

IMPOSTO SOBRE A INDÚSTRIA

O imposto deverá ser pago por uma só vez durante o mês de Julho, ou em duas prestações iguais, vencíveis nos meses de JULHO e OUTUBRO, quando exceder 500\$00.

Não sendo pago qualquer das prestações, ou a totalidade da

(Continua na 4.ª página)

O ALGARVE espera o futuro

(Continuação da 1.ª página)

mais, ao que parece, o caso, pela quase total ignorância a que se votou então o problema salinero algarvio. Sabendo que a Comissão Reguladora efectuava novos estudos nos diversos salgados do País, os produtores do Algarve pediram que fossem igualmente revistos os preços que lhes tinham sido atribuídos. Segundo me informam, porém, essa solicitação não teve sequer resposta, e, em Agosto do ano seguinte, foram anunciamadas as novas tabelas, que vieram agravar ainda mais a situação já existente, por uma maior diferença criada entre os diversos salgados. Nessa altura, o sal do Sado, por exemplo, que era considerado de qualidade inferior, beneficiou de um aumento de mais de 50 por cento, enquanto o salgado algarvio foi bafejado com um acentíssimo de menos de 15 por cento...

Não se conformaram com esta diferença de tratamento, como era de esperar, os produtores de sal do Algarve, mas, até à data, a suas diligências — que justificam, pelo menos, estudo atento — não surtiram qualquer efeito. E, assim, a despropósito continua a verificar-se, não se prevendo a possibilidade de uma revisão do problema apontado.

O outro caso referido no início desta crónica é o da limitação imposta ao comércio de sal do Algarve, que só pôde exercer-se dentro da província, no distrito de Beja, Açores e Madeira. Esta situação da província a margem do resto do País revela-se bastante estranha e por certo nada inspirada no interesse nacional, e muito menos no proveito de uma região cujo desenvolvimento económico se devia olhar com maior atenção.

Ineficiente duplicação de organismos

Este facto, recorda-me, aliás, a frase ouvida a um homem do Algarve, a propósito do comércio de frutos secos, perfeitamente aplicável ao caso do sal:

O Algarve é um país diferente; as mercadorias para saírem daí precisam ainda de uma guia de trânsito, mesmo que se destinem apenas, a Almodôvar.

Se quisermos miolo de amendoa, próprio para as amendoas de Páscoa de tipo francês temos de ir buscá-lo ao Norte, de contrabando, pois, legalmente não será possível trazê-lo para a Algarve.

E, por estes mesmos motivos, não se comprehende que exista no Algarve um Grémio de Exporta-

«A VOZ DE LOULE»

N.º 301 — 21-6-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

2.ª publicação

No dia 3 de Julho próximo, pelas 11 horas, à porta deste Tribunal e nos autos de Execução Especial por Alimentos que Maria do Carmo Anselmo, separada judicialmente de pessoas e bens, residente em Benafim Grande, Alte, move contra Manuel Anselmo Rosa, separado judicialmente de pessoas e bens, comerciante, residente à Alameda, n.º 2.119, Estado de S. Paulo, Brasil, será posto em praça pela primeira vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor adiante indicado, o seguinte: — O direito e ação à herança ilíquida e indevida nos bens deixados por Emilia do Rosário Rosa, falecida em 26 de Maio de 1963, na Aldeia de Benafim Grande, Alte, pertencente ao referido executado, do qual são condóminos José da Luz Rosa e mulher Maria Irene de Sousa Luis. Vai à praça no valor de 10.000\$00.

Loulé, 3 de Junho de 1964

O escrivão de direito

(a) Joaquim Guerreiro Brasão

Verifique a exactidão:

O Juiz de Direito

(a) José António Carapeto Santos

gão de Frutos, e em Lisboa um organismo similar que abrange todo o país, excepto... aquela província. (Diga-se, de passagem, que o Grémio de Lisboa, exemplo do Grémio do Algarve, se queixa igualmente da demora na reforma do seu estatuto, em vigor há 30 anos, desde a fundação do organismo).

Esta duplicação de organismos tem, entre outras consequências, a de forçar muitos exportadores a serem associados de ambos, o que resulta incongruente num espaço onde não pode sequer invocar-se o pretexto das grandes distâncias ou das características diferenciadas das várias regiões.

Anomalias deste género causam, por vezes, situações absolutamente condenáveis, pela injustiça que as assimila. Cite-se, por exemplo, no que diz respeito ao sal, o caso de uma firma de Lisboa que foi ao Algarve adquirir mais de mil toneladas daquele produto, autorizada para tal por um ofício da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos. (E isto apesar da delimitação de zonas de mercado impostas ao Algarve).

A quem beneficiou realmente este procedimento de exceção? Ao Algarve, ou à firma em questão? Diga-se, como pormenor esclarecedor desta pergunta, que a referida firma, depois de comprar o sal no Algarve por 155.800 a tonelada, o vendeu em Lisboa, já empacotado, razão de 1.200\$, também por tonelada.

Oficialmente, no entanto, o Algarve continua a poder vender sal apenas no seu território, em Beja, Açores e Madeira.

Individualismo do homem da terra não é irremediável

As pessoas com quem troquei impressões sobre estes problemas económicos do Algarve — muitos outros existem — dirigi sempre a mesma pergunta: como pensam que será possível eliminar tais anomalias e chegar a situações justas e condignas?

Possuo dizer que nunca encontrei respostas meditadas e consequentes a esta pergunta, e a explicação para essa falta reside certamente numa preparação deficiente — ou defeituosa — das pessoas, no seu mínimo conhecimento real de uma actividade (mesmo que esta constitua o seu modo principal de vida), ou na escravidão a sistemas envelhecidos, aos quais a iniciativa particular não pode fugir.

Nem a solução que me parece mais de acordo com os problemas da nossa economia, a da criação de cooperativas que deem a todos a justa compensação do seu esforço — sem a interferência do especulador, que é, aliás, um parasita determinado por circunstâncias desfeitas —, determinou o entusiasmo de quem quer que fosse, apesar dos meus argumentos em sua defesa. Mas verifiquei, igualmente, é certo, um desconhecimento quase total sobre o que é e significa realmente o sistema cooperativo na agricultura. Argumentavam-me com o individualismo extremo do homem da terra, que foge por natureza a qualquer sistema de entrelaçada, mesmo que a sua solidão conduza à miséria — e dificilmente aceitavam a minha explicação de que é sobretudo um problema de formação o que se põe a quem deseja reestruturar as bases débeis da nossa agricultura. Só o homem escravido, educado, amparado, compreenderá e aceitará os benefícios da sua associação com outros homens.

O antetitulado destas crónicas — o Algarve espera o futuro — tem a sua justificação. Quer significar apenas que a bela província, onde o turismo não resolve todos os problemas (onde o turismo não é sequer um problema resolvido), aspira, no que respeita ao seu desenvolvimento económico, a um futuro que para outras regiões do País há muito é já presente. Quaisquer que sejam as soluções a adoptar, quaisquer que sejam os critérios preferidos no sentido de uma actualização e aperfeiçoamento intensivo de métodos e técnicas ultrapassadas, o que urge é promover o estudo atento e realizador e progressivo que dê aos algarvios a certeza de que são executados os seus reparos e satisfeitas as suas aspirações.

(Do «Diário Popular»)

Cobranças difíceis

Em Lisboa e província,

trata José Pereira Esteves,

Travessa dos Arneiros, 15,

r/c., Esq. — Lisboa — Benfica — Telefone 70 04 91.

Um Grupo de Escuteiros EM LOULE?

(Continuação da 1.ª página)

partamento de Expansão do Corpo Nacional de Escutas sr. Gonçalves Rodrigues, que se referiu aos altruísticos objectivos que norteiam a existência do movimento escutista e apontou as vantagens que os jovens louletanos terão com a criação de um grupo em Loulé, dizendo esperando em que o mesmo possa ser organizado ainda no decorrente ano.

Seguidamente usou da palavra o chefe do grupo de Portimão sr. prof. João Andrade que, num fluente improviso, historiou a origem do escutismo e relatou vários e curiosos episódios da vida do seu fundador: Baden Powell.

Em palavras simples e claras, expôs aos numerosos rapazes presentes o que é e para que serve o escutismo e o que ele tem de proveitoso para os jovens que precisam de ser orientados para que mais tarde saibam orientar-se nos espinhosos caminhos da existência. «Aprendendo a contornar as dificuldades surgidas em contacto com a Natureza — disse — o escuteiro aprende e escudar-se para vencer dificuldades que se lheparem ao longo da sua vida».

Seguidamente falou o chefe do Grupo de Lagoa sr. João Reis que expôs aos presentes a orgânica do Corpo Nacional de Escutas e como o respectivo Grupo pode ser organizado em Loulé.

O sr. António Sequeira Bento Luis, dirigente da J. O. C., no Algarve, também usou da palavra para se regosijar porque Loulé possa ter em breve um grupo de escuteiros católicos, visto que esta organização proporciona aos jovens uma orientação de vida que lhes é particularmente vantajosa no presente e no futuro.

Encerrou a sessão o Provedor da Santa Casa da Misericórdia sr. Manuel Guerreiro Pereira que disse muito ter apreciado o que acabara de ouvir e formulou votos porque sejam concedidas todas as facilidades para que a criação do grupo de escuteiros em Loulé seja em breve uma consoladora realidade.

Todos os oradores foram muito aplaudidos.

* * * * * A iniciativa da criação em Loulé de um núcleo do Corpo Nacional de Escutas deve-se ao nosso conterrâneo sr. Joaquim Garcia da Franca Leal, grande entusiasta do campismo e ao sr. António Bento Luis, que serão o elo de ligação com as dirigentes escutista para a organização do núcleo de Loulé.

Nem a solução que me parece mais de acordo com os problemas da nossa economia, a da criação de cooperativas que deem a todos a justa compensação do seu esforço — sem a interferência do especulador, que é, aliás, um parasita determinado por circunstâncias desfeitas —, determinou o entusiasmo de quem quer que fosse, apesar dos meus argumentos em sua defesa. Mas verifiquei, igualmente, é certo, um desconhecimento quase total sobre o que é e significa realmente o sistema cooperativo na agricultura. Argumentavam-me com o individualismo extremo do homem da terra, que foge por natureza a qualquer sistema de entrelaçada, mesmo que a sua solidão conduza à miséria — e dificilmente aceitavam a minha explicação de que é sobretudo um problema de formação o que se põe a quem deseja reestruturar as bases débeis da nossa agricultura. Só o homem escravido, educado, amparado, compreenderá e aceitará os benefícios da sua associação com outros homens.

O antetitulado destas crónicas — o Algarve espera o futuro — tem a sua justificação. Quer significar apenas que a bela província, onde o turismo não resolve todos os problemas (onde o turismo não é sequer um problema resolvido), aspira, no que respeita ao seu desenvolvimento económico, a um futuro que para outras regiões do País há muito é já presente. Quaisquer que sejam as soluções a adoptar, quaisquer que sejam os critérios preferidos no sentido de uma actualização e aperfeiçoamento intensivo de métodos e técnicas ultrapassadas, o que urge é promover o estudo atento e realizador e progressivo que dê aos algarvios a certeza de que são executados os seus reparos e satisfeitas as suas aspirações.

IMÓVEL A ARREMATAR

Um prédio urbano composto de altos e baixos com alpendre, pôrtico, forno e quintal, na Rua das Vendas Novas Estrada Municipal, do povo e freguesia de Salir, a confrontar do nascente com estrada, norte com António Dias Pires Teixeira, poente e sul com José Gonçalves Pires, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2.389, o qual vai a 1.ª praça por 31.968\$00.

Loulé, 21 de Maio de 1964

O escrivão de direito

da 2.ª Secção

(a) Henrique Anatónio Samora de Melo Leote

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

(a) José António Carapeto Santos

Verifique a exactidão:

O escrivão de direito

«A VOZ DE LOULÉ»

N.º 301 — 21-6-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé ANÚNCIO 2.ª publicação

No dia 9 do próximo mês de Julho, pelas 11 horas, no Tribunal Judicial desta comarca de Loulé e nos autos de Execução Sumária, em que são exequente SEBASTIÃO DA SILVA; SOLTEIRO, maior, proprietário, morador no sítio do Lugar da Cera, freguesia de Ameixial, e executados FRANCISCO DE SOUSA e mulher MARIA JOAQUINA, proprietários, moradores no sítio do Ximene, da dita freguesia de Ameixial, hão de ser postos em praça, pela primeira vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, os seguintes imóveis penhorados àqueles executados, de que é depositário João da Silva, casado, proprietário, residente nesta vila de Loulé:

Imóveis a praçar:

1.º

Bocado de uma cerca de terra improdutiva, denominada «Cerca do Palheiro», com árvores, no sítio da Portela, freguesia de Ameixial, confina do nascente com António de Sousa, norte com Arsénio Pereira, poente com Manuel de Sousa e sul com Cástulo Pereira, inscrito na matriz sob o artigo rústico n.º 7.358. Vai à primeira praça pelo valor matricial que é de 1.008\$00;

2.º

Bocado de terra de semear com árvores, denominado «A Lenzaria», no sítio da Portela, freguesia de Ameixial, confina do nascente e sul com ribeira, norte com João Agostinho, e poente com António Martins, inscrito na matriz sob o artigo rústico n.º 7.376. Vai à primeira praça pelo valor matricial que é de 1.000\$00.

3.º

Bocado de terra de semear com árvores, denominado «O Corgo do Montinho», no sítio da Portela, freguesia de Ameixial, que confina do nascente com ribeira, norte com Manuel Francisco e sul com José António de Sousa, inscrito na matriz sob o artigo rústico n.º 7.397. Vai à primeira praça pelo valor matricial que é de 504\$00;

4.º

Bocado de terra de semear com árvores, denominado «Umbreira», no sítio do Minhoto, freguesia de Ameixial, que confina do nascente com José António de Sousa, do norte com Francisco Ramos, do poente com Manuel Francisco e do sul com caminho, inscrito na matriz sob o artigo rústico n.º 8.429. Vai à primeira praça pelo valor matricial que é de 1.680\$00; e

5.º

Bocado de terra de semear com árvores, denominado «Sítio da Ponte», no sítio de Minhoto, freguesia de Ameixial, que confina do nascente com Manuel Francisco, do norte com Horta, do poente com Manuel Francisco e do sul com Manuel Pires Guerreiro, inscrito na matriz sob o artigo rústico n.º 8.444. Vai à primeira praça pelo valor matricial que é de 1.036\$00.

Loulé, 21 de Maio de 1964

O escrivão de direito
(a) Henrique Anatólio Samora
de Melo Leote

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito,

J. Pereira da Costa

ODONTOLOGISTA

Consultório:

Avenida José da Costa Mealha, 39-1.º (em frente ao Cinema).

Telefone 114

— LOULÉ —

SOLICITADOR

João M. G. Iria

Solicitador Provisionário

—
Largo D. Pedro I. n.º 15

TELEFONES:

Escritório 79

Residência 387

— LOULÉ —

Camioneta

Vende-se uma camioneta, Thamas, de 5,750 K, em bom estado geral.

Tratar com João de Oliveira — Telefone 47 — LOULÉ

José António Coelho

Proprietário da CASA DE MOBÍLIAS COELHO

Participa ao Ex.º Público de

Boliqueime

que acaba de receber um variado sortido de

MOBÍLIAS

ESTOFOS

DECORAÇÕES

TAPEÇARIAS

e por isso convida-o a visitar o seu Estabelecimento

«A VOZ DE LOULÉ»

N.º 301 — 21-6-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé ANÚNCIO

2.ª Publicação

Faz-se saber que por este Juiz e segunda secção correm éditos de 30 dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os interessados INCERTOS para contestarem no prazo de VINTENAS dias, findo o dos éditos, a acção especial de remissão de foro, proposta pelos Autores — Joaquim Mendonça Ferrenteiro, casado, proprietário, morador em Vale de Egas, Almancil, José Coelho e José Coelho Júnior, casados, proprietários, moradores no povo de Quartreira, desta comarca, contra os citados e D. Francisca de Mendonça e marido D. Luiz Machado de Castelo Branco, Condes de Figueira, residente em parte incerta e cujo último domicílio conhecido foi no Palácio da Figueira, Calçada da Graca, n.º 1, em Lisboa e a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, «Quinta de Quartreira, Limitada», com sede em Faro.

Com a referida acção pretendem os Autores libertar através da remissão do foro constituído pela pensão anual de 15\$00, o seguinte prédio de que possuem, respectivamente, três nonos, quatro nonos e dois nonos do domínio útil e de que são sonhos directos os réus: — Terra de semeadura e regadio com vinha e árvores, nora, tanque, e mais pertences, hoje também com casa de habitação com diversos compartimentos e dependências, no sítio dos Cavacos, freguesia de Quartreira, denominada «Portão», que confrontava do nascente com o Morgado e Fábrica do Frito, actualmente e com Manuel Renda, do norte com Agostinho de Sousa Pontes, José Mendonça Ferrenteiro, José João e outros, actualmente com caminho, do poente com Manuel Mendonça Ferrenteiro ou prédio foreiro ao Morgado e do sul com o mar e o mesmo Ferrenteiro ou prédio que era foreiro ao Morgado actualmente e inscrito na matriz predial rústica nos art.º 1.620 a 1.628 e na urbana no art.º 748.

Loulé, 27 de Maio de 1964

O escrivão de direito
da 2.ª Secção(a) Henrique Anatólio Samora
de Melo Leote

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito,

(a) José António Carapeto
dos Santos

— LOULÉ —

Notícias pessoais

ANIVERSARIOS

Fazem anos em Junho:

Em 18, a sr.ª D. Maria do Carmo Domingues Bolotinha, residente em Lisboa e o sr. Carlos Ramos Martins Elias.

Em 20, as meninas Idália Maria Fogaca da Costa, residente em Faro, e Helena Marina Portela Madeira, residente no Montijo, o menino Joaquim Manuel Júdice Pontes, e a sr.ª D. Joana Dias da Mata Pereira Oliveira, residente em Azurara.

Em 21, as sr.ª D. Maria Murta Oliveira e Sousa, D. Maria Alexandrina Murta Oliveira Chumbinho e D. Julieta da Conceição Domingues, e o sr. João Nuno Rocheta Guerreiro Rua.

Em 22, as sr.ª D. Ermelinda Vairinhos Dias e D. Tomazia Vairinhos Dias, e o sr. José Vieira Martins, residente em Quarteira e o menino José dos Santos Bota Centeno Passos.

Em 23, o sr. Joaquim Corpas Rocheta, a sr.ª D. Joana Passos B. Correia e a menina Damázia de Sousa Vairinhos Dias.

Em 24, a menina Maria João Mendonça Portela, a sr.ª D. Maria Santos Russo e os srs. Lopes Bernardino, Joaquim João José Viegas Guerreiro, Eduardo João Passos Correia e sua esposa sr.ª D. Maria Fernanda Romeira Morgado Correia.

Em 25, os srs. António Tomé Guerra e Mariano Guerreiro Domingues e a menina Maria Isabel Silvestre Cristovão.

Em 27, as sr.ª D. Maria Pedro Mendonça e D. Maria Teresa Alves Pais Santana, a menina Maria Gabriela Gonçalves Fernandes Reis Pinto e os meninos Tancredo Carapeto Redol, residente em Lisboa, e Ernesto de Sousa Coelho, de Quarteira.

Em 28, as meninas Maria Manuela Viegas da Rocha Monteiro e Iolanda Maria da Costa Azevedo, residente em França.

Em 29, a menina Maria Eunice da Piedade Pinto Lopes, residente em Lisboa.

Em 30, os srs. Edmundo de Sousa Ramos, residente em Almada e José Guerreiro Martins Ramos.

PARTIDAS E CHEGADAS

Por ter terminado a sua licença regressou a Angola o nosso estimado amigo e assinante sr. Alferes Miliciano José António de Lima Faisca que ali se encontra em missão de soberania. Acompanharam-no a capital os seus extremos pais e nossos prezados assinantes sr.ª D. Maria Alice Águas de Lima Faisca e o sr. José Vicente Teixeira Faisca.

Acompanhado de sua interessante filhinha, Ana Isabel e de sua mãe sr.ª D. Otília de Brito Camacho Brando, esteve nessa vila, em casa de seus sogros, a sr.ª D. Ana Maria de Brito Camacho Brando de Lima Faisca, residente em Lisboa, esposa do

Pagamento de Impostos

(Continuação da 1.ª página)

contribuição, no mês do vencimento, começarão a correr imediatamente JUROS DE MORA.

Passados 60 dias sobre o vencimento do imposto ou de qualquer das suas prestações sem que se mostre efectuado o respectivo pagamento, haverá lugar a procedimento executivo para arrecadação da totalidade do mesmo imposto, considerando-se para o efeito vencidas as prestações ainda não pagas.

IMPOSTO PROFISSIONAL

O imposto deverá ser pago durante o mês de JULHO.

Não sendo pago o imposto no mês do vencimento, começarão a correr imediatamente JUROS DE MORA.

Passados 60 dias sobre o vencimento do imposto, sem que se mostre efectuado o respectivo pagamento, haverá lugar a procedimento executivo.

nosso prezado amigo e assinante sr. Alferes Miliciano Orlando de Lima Faisca, que se encontra a prestar serviço militar na cidade de Luanda.

CASAMENTOS

Com excepcional brilhantismo, celebrou-se no passado dia 6, na capela da Quinta das Torres (Azeitão) o auspicioso enlace matrimonial da nossa conterrânea sr.ª D. Maria da Penha Perestrello Guimarães Pablos, gentil e prenda filha do dedicado Presidente da Câmara Municipal de Loulé e nosso prezado amigo sr. José João Ascenção Pablos e de sua esposa sr.ª D. Maria da Natividade Perestrello Guimarães Pablos, com o sr. António Bernardo Magalhães Menezes Brito e Cunha, guarda-marinha, filho do sr. Engº João Brito e Cunha e de sua esposa sr.ª D. Maria José Magalhães Menezes Brito e Cunha, residentes no Porto.

Apadrinharam o acto, por parte da noiva, sua mãe e sua tia sr.ª D. Maria da Piedade Pinto Coelho Guimarães e por parte do noivo seus tios srs. Conde Villas Boas e Dr. Rui Brito e Cunha.

Foi celebrante o sr. Cenego Delgado, que fez uma brilhante preleção sobre a solenidade que celebrava.

Após a cerimónia, foi oferecido aos numerosos convidados um finíssimo e abundante «copo de água», que serviu de pretexto para numerosos brindes pelas felicidades do jovem casal.

Aos noivos, que se deslocaram ao Algarve em viagem de núpcias, desejamos uma vida conjugal plena de venturas.

*

No passado dia 7 do corrente, realizou-se na Igreja Paroquial de S. Brás de Alportel, a cerimónia de casamento da sr.ª D. Lídia das Dores Amaro, Professora de Corte e Bordados, filha da sr.ª D. Clara das Dores Amaro e do sr. Manuel Amaro, proprietário, do sítio do Peral (S. Brás de Alportel), com o sr. João Feliciano dos Reis Luz, funcionário Civil do Ministério da Marinha, filho da sr.ª D. Gertrudes dos Reis Luz e do sr. Manuel da Luz, proprietário, de Santa Catarina da Fonte do Bispo (Tavira).

Foram padrinhos por parte da noiva, seus primos sr. João Viegas Faisca e esposa sr.ª D. Maria Amélia H. da Silva Viegas Faisca e por parte do noivo o seu cunhado sr. José Afonso e a sr.ª D. Augusta Campos, residente em Faro e Agente Geral das Mâquinas de Costura «Phaff» no Algarve.

Após a cerimónia foi servido em casa dos pais da noiva um fino e abundante «Copo d'água» aos numerosos convidados.

Os noivos fixam a sua residência na Cova da Piedade (Almada).

Campeonato Distrital da F.N.A.T. de Pesca desportiva

Informam-se todos os sócios da F.N.T.A. que, a título excepcional, foi prolongado, até ao dia 30 do corrente mês, o prazo para a inscrição para o I concurso de Pesca desportiva de Mar e Rio, promovido pela F.N.A.T. a efectuar neste Distrito.

Os interessados podem dirigir-se à Delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em Faro, onde lhe serão prestados todos os esclarecimentos.

VENDE-SE

Em conjunto ou separado, uma horta e um serro de sequeiro, que dispõe de água e luz e ampla vista para o mar.

Nesta redacção se informa.

Maria dos Reis S. Coelho
Parteira Diplomada

Ensina a preparação do parto sem dor a partir do 4.º mês de gravidez.

PREÇOS ACESSÍVEIS

RUA ASCENSÃO GUIMARÃES
Loulé
Telefone 196

Incongruências de um Plano de Urbanização

(Continuação da 1.ª página)

vindo de estorvo à expansão urbanística.

Evidentemente que, para uma aldeola ou vila que peça sua situação geográfica ou pelas suas condições económicas nunca poderá alcançar um desenvolvimento grande, não se poderá exigir o que é forçoso para outras terras de mais largas perspectivas.

Para meios pequenos e pobres como o nosso, entendemos nós que devia haver sómente a preocupação de se disciplinarem convenientemente as construções, submetendo-se a rigoroso aínhamento, com vista a tornar as ruas amplas, para facilitar o trânsito, que é cada vez mais intenso; exigir uma arquitectura exterior quanto possível agradável e que as casas, interiormente, dispusessem das indispensáveis comodidades e devidas condições higiênicas; de se evitarem cons

truções que pudessem prejudicar, futuramente, instalação de serviços públicos ou a abertura de novas artérias previstas; de se fixarem zonas isoladas, para fábricas e indústrias pesadas, de natureza altamente tóxica ou barulhenta, ou quaisquer instalações de que resultasse perigo para a saúde pública.

Para além destas normas, consideramos verdadeiramente contraprodutiva as exigências rigoristas do plano de urbanização. Exigências como estas de se fixarem zonas de casas em blocos, zonas residenciais isoladas com extensas áreas descobertas, zonas enormes onde a construção é completamente vedada, de se limitar o número de andares, etc., consideramo-las excessivas e violentas.

A falta de terrenos para construções, em Arganil, é evidente. Os que existem, em locais onde mais convinha a construção, ou estão em mãos que não os cedem, ou custam preços elevadíssimos que tornam prohibitiva a sua aquisição.

Alguns proprietários que possuem terrenos nas proximidades da vila, quando neles pretendem construir, topam logo com as limitações do plano de urbanização.

O que se fez já resolver as dificuldades que surgem constantemente, que causam inquietação e estão a atrofiar seriamente a expansão urbanística da vila?

Novos assinantes

Temos o prazer de registrar hoje, como novos assinantes, os nossos prezados conterrâneos, cujos nomes a seguir publicamos para lhes agradecer o interesse manifestado pelo nosso jornal:

São os Ex.ºs Senhores:

Armando Silva e Dr. Manuel d'Andrade e Silva, residentes em Lisboa, Jerónimo do Nascimento de Sousa, Francisco Viegas, Manuel Pereira Guerreiro, Víctor Manuel Fernandes Galvão, Francisco Viegas dos S. Rocheta, António André Pinguinha e Armando dos Santos Filipe em Loulé, José Mendes Barrigas, Eduardo Andrade e José António Coelho (Boliqueime); António Correia Modesto (Paderne); Joaquim Mendonça (Vale Judeu); José Calço Grosso, Manuel Prata Euzebio (Gilvrazino); Francisco Sousa Neto (Barreiras Brancas); José Martins Viegas (Ribeira de Algibre); José Rodrigues Neves (Faro); José Fernando Sousa Calço (Armação de Pera); Manuel Baguinha da Luz (Franga); Valdemar Neto de Sousa, José Gonçalves Arez e Luis Gonçalves Leal (Austrália); Alferes Helder Leal (Angola); José Correia Mula e José Guerreiro Filipe (U. S. A.); Leonel Rocheta de Sousa, José Rodrigues Melro (Venezuela) e Ludgero Viegas, (Canadá).

A todos os nossos agradecimentos.

As condições — base do CONCURSO são as seguintes:

a) — Os trabalhos devem ser projectados para cartazes no formato aproximado de 60 x 90 impressos a duas ou três cores, possivelmente em off-set ou serigrafia.

b) — Os concorrentes ficam com liberdade plena para a concepção dos seus trabalhos, desde que estes incluam as referências:

II SEMANA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES — II SEMANA T — uma realização do Sindicato Nac. dos Profissionais de Telecomunicações, Radiodifusão e Televisão e do Sindicato Nac. dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa — de 11 a 18 de Outubro de 1964.

c) — Cada concorrente pode enviar mais de um trabalho — mas todos os trabalhos devem ser acompanhados, individualmente, dos elementos de identificação do concorrente.

d) — Os trabalhos devem ser enviados para a Secretaria-Geral da II Semana T — Rua S. Pedro de Alcântara, 63-2.º Dt. — Lisboa-2 até ao dia 20 de Julho de 1964 e serão depois examinados por um júri idóneo que fará a respectiva classificação.

e) — Haverá um prémio pecuniário de 1.000\$00 para o 1.º classificado, podendo ainda ser atribuídas MENÇÕES HONROSAS.

Nesta redacção se informa.

Respigámos...

...do «Jornal do Algarve» a seguinte frase: «A rima é um aspecto secundário na poesia e quanto mais esta for livre mais será autêntica».

É uma opinião, mas no assunto há várias, como dirá o meu compadre Zé.

Esta se negar autenticidade à poesia de Camões, o Maior, o Mais Belo Sublime; de Bocage, tão grande sonetista como Camões; de João de Deus (onde existe, na poesia de hoje, maior encanto e suavidade?); de Antero, o Metáfisico; de Cândido Guerreiro (cujos versos são trabalhados no bronze austero da eternidade); é de cabo de esquadra!

Ainda se a seguir à palavra «poesia» se escrevesse «actual», vê que não vá, mas assim: não!

Enquanto um modernista, Camíro de Brito, por exemplo, diz:

«E nos meus braços houve o amor a rebolar-se pelas ervas orvalhadas»

(atente-se no segundo verso), Camões escreveu:

«Amor é fogo que arde sem se ferida que dói e não se sente»;

E Bocage:

«Marília, nos teus olhos fulgurantes Os Amores gentis seu jacto acende»;

veja-se aqui... «amores gentis».

Enquanto outro novo, Cândido Nunes, escreve:

«Fermenta este sabor de urina

no sabugo dos dedos. Fermenta o cheiro de espermas solitários enquanto nasce a nôdoa roxa e lírica das cegas pontarias».

Cândido Guerreiro que moldou o bronze da poesia a seu belo prazer, com as «mãos erguidas em prece, alvas e puras», disse, como que em oração:

«Das tuas mãos, — dois lírios, — mãos de Santa, Rompe o luar! Que maravilha!

Inunda De alvura e lenda a escuridão mais funda E o rouxinol, de enamorado, can-

ta...»

Parce-nos haver alguma diferença entre duas épocas e entre dois estilos.

E podíamos dar-vos mais exemplos, mas ficamos por aqui, porque o «respigámos» constitui, apenas, simples apontamentos.

Mário Lepo

Prédio em Faro

Vende-se um prédio em Faro, na Rua de S. Pedro, 4.

Tratar em Faro com Bernardina Mendes Guerreiro — Rua Justino Cúmano, 34 ou em Loulé com Júlia Mendes Esteves.

PERSIANAS DE PLÁSTICO ROPLASTO

APLICADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL desde Sagres a Vila Real de Santo António

Qualidade e características técnicas jamais superadas

ROPLASTO

a marca que se impõe pela sua categoria

AGENTE NO ALGARVE

LUSALGARVE

LIMITADA

Telefone 354

RUA CONSELHEIRO BIVAR, 107

FARO

se procura qualidade

decida-se

por frigoríficos

PHILIPS



• • • CON